

Porque Vale o que Está Escrito, ou as Letras e Seus Estilos

Luiz Carlos Cagliari¹

Um simples olhar ao mundo da escrita nos mostra tanta variação na forma gráfica que, por um instante, surge a dúvida: como é possível que se consiga ler em meio a esse caos? No entanto, não temos dificuldade em identificar uma palavra escrita sob diferentes formas gráficas: para quem sabe ler, isso é tão fácil quanto andar, apesar da complexidade dos processos mecânicos e mentais envolvidos nesta ação.

Para compreender o processo da leitura, é preciso entender alguns aspectos básicos dos sistemas de escrita e, em particular, do sistema alfabético que usamos. Todo sistema de escrita tem um aspecto funcional e um aspecto gráfico. A união desses dois aspectos é semelhante à união do significado e do significante no signo lingüístico, no qual o primeiro refere-se ao sentido das palavras e o segundo aos sons. Na escrita, o lado do significado está preso aos aspectos funcionais que ela oferece e o lado do significante às suas características gráficas, cuja menor unidade é o caractere.

Letras são caracteres dos sistemas alfabéticos de escrita. Caractere é a denominação da menor unidade gráfica de qualquer sistema de escrita, não apenas do alfabeto. Nos sistemas ideográficos, como a escrita chinesa, um caractere representa um idéia que pode ser uma palavra inteira ou parte de uma

palavra composta. Nos sistemas fonográficos como o nosso, um caractere representa um segmento fonético do tipo consoante ou vogal. Nos sistemas fonográficos silábicos, como o japonês, um caractere representa uma sílaba, ou seja, uma unidade fonética formada da soma de consoante e vogal.

Os caracteres compõem um inventário fechado de sinais gráficos, junto com os acentos, pontuações e demais marcas dos sistemas de escrita. Isto significa que não pode inventar um novo caractere ou destruir um já existente. Para isso, é preciso que as convenções da escrita sejam alteradas e aceitas por todos que a utilizam, e não por apenas alguns indivíduos. Mudar o aspecto gráfico de um caractere pode ser perigoso para o sistema a que ele pertence. Os usuários podem não reconhecer o seu valor e, portanto, ter dificuldades de leitura.

Como unidades básicas que são, os caracteres costumam ser escritos de forma clara, isolada, de modo a facilitar a leitura. Entretanto, com os gregos e sobretudo com os romanos, a escrita alfabética passou a usar também ligaduras. Com elas, duas letras se fundem numa só, produzindo a aparência de um novo caractere. Os romanos escreviam o ditongo **AE** com ligadura: **Æ**, um outro modo de escrita consistia em inserir uma letra dentro da outra,

como @, recurso muito usado na escrita manual da Idade Média e hoje restrito a monogramas. Com a introdução da imprensa de tipos móveis na Europa, a partir do final do século XV, os caracteres passaram a ser impressos destacados uns dos outros, como vemos até hoje nos livros, jornais e revistas.

Hoje, talvez se possa dizer que a escrita impressa está muito mais presente do que a manuscrita. Porém, ao longo de seus mais de cinco mil anos de história, a escrita à mão foi muito mais empregada no registro diário da vida comum. Os diferentes modos de escrever acabaram produzindo variações nos aspectos gráficos dos caracteres, em todos os sistemas de escrita.

A correta interpretação dos caracteres, a despeito de sua enorme variação gráfica, é garantida por uma unidade maior, a palavra, e esta, por sua vez, subordina-se a ortografia (em grego, **ortos** = **certo, reto**). A ortografia, associada à noção de palavra, permite que esta se torne uma referência interpretativa dos caracteres. Um exemplo: o que nos permite ler textos manuscritos, interpretando os garranchos de alguém, é a nossa capacidade de associar os garranchos a seqüências de letras, formando palavras possíveis. Sem um conhecimento ortográfico, seria muitíssimo difícil ler a escrita cursiva (manual) da maioria das pessoas.

Quando vemos uma palavra escrita sob diferentes formas, com letras grafadas, por exemplo, como **A** e **a**, **B** e **b**, compreendemos que **A** e **a** pertencem à categoria da letra **A**, **B** e **b** à categoria da letra **B**, e assim por diante. As letras se tornam, deste modo, unidades abstratas, representações das formas gráficas e não um simples desenho gráfico: o

que vale não é apenas o desenho único e exclusivo, mas o que ele permite que seja interpretado como letra, ou seja, como uma unidade do sistema de escrita.

Na história da escrita, essa qualidade abstrata dos caracteres foi ficando cada vez mais clara à medida que a sociedade usava mais e mais a escrita. O aspecto individual (a escrita de cada pessoa) devia conviver com as convenções sociais dos sistemas de escrita. A ortografia conseguiu conciliar o individual e o coletivo, criando o princípio de categorização gráfica das letras.

A ortografia criou também a categorização funcional das letras, ou seja, permitiu neutralização da variação lingüística nas formas de escritas. Por exemplo: em uma mesma língua, encontramos muitas pronúncias diferentes para as palavras, decorrentes de dialetos ou de sotaques. Mas todos os usuários escrevem essas palavras grafadas sob uma única forma. Na leitura, porém, as diferentes pronúncias poderão surgir de novo.

Hoje, há uma diversidade muito grande no desenho das letras, e a ortografia mostra muito mais claramente sua presença em todos os sistemas de escrita.

Durante muito tempo, entretanto, ela teve um papel modesto. Os sistemas de escrita antigos procuravam variar o menos possível a forma gráfica das letras, ou permitam apenas algumas variantes. Os escribas tinham que aprender a desenhar as letras sem usar, com a liberdade que temos hoje, sua criatividade para enfeitar a escrita.

Com o sistema alfabético aconteceu algo semelhante. As letras semíticas transformaram-se em letras gregas, as quais, com o tempo,

assumiram a forma de letras etruscas e chegaram ao latim (ver “A origem do alfabeto”). Nessa história, houve muitas mudanças. Elas foram necessárias para a adaptação do sistema alfabético à escrita de línguas diferentes. Como o princípio do alfabeto se manteve, passamos a nos referir a diferentes “alfabetos” o semítico, o grego, o latino, Mas esses alfabetos deveriam ser chamados de “estilos”, porque neles o sistema de escrita continua o mesmo: o que varia são os aspectos funcionais e gráficos. É somente por comodidade e tradição que se costuma dizer que o alfabeto latino é diferente do grego e do semítico e dos demais alfabetos, para os quais pode-se desenhar até uma árvore genealógica.

Os fatores culturais acabaram sendo parâmetros importantes nesta visão da história do alfabeto.

Aceita uma tipologia dos alfabetos, seguindo a tradição, encontramos para cada um deles uma história própria, cada uma com suas formas gráficas variantes.

A estas chamamos, num sentido mais tradicional, de estilos de letras. Deste modo, a escrita árabe, por exemplo, apresenta inúmeros estilos de letras, sendo a Kofik certamente a mais famosa, ao lado dos arabescos.

Dentro de um estilo de letra, podemos encontrar variantes específicas. Assim, a escrita cirílica, usada na Rússia, é, na verdade, um estilo particular de escrita das letras do alfabeto grego. Isso não impede que a escrita cirílica tenha estilos particulares. Há também muitas formas ou estilos particulares na escrita gótica. Mas esta, por sua vez, nada mais é do que uma variação da escrita latina.

Um fator que muito influenciou a transformação gráfica dos

caracteres foi o material de escrita utilizado e a forma de escrever. Na Antigüidade, isso aconteceu com a escrita cuneiforme dos sumérios e também com a escrita egípcia.

Os sumérios trocaram a forma de escrever ao substituir o risco na argila por um processo de pressão, por meio do qual se desenhavam as letras afundando marcas nos tabletes. Isso mudou o aspecto gráfico das letras. E a mudança foi tão radical que, com o passar do tempo, a forma pictográfica da escrita deu lugar à escrita cuneiforme, cuja iconicidade era difícil de recuperar através de um simples olhar. Ou seja: os caracteres acabaram perdendo, no desenho, a forma dos objetos que representavam originariamente.

Os egípcios, desde os tempos mais antigos, tinham duas formas gráficas para os caracteres: a escrita hieroglífica e a escrita hierática. A primeira era monumental e de maior prestígio na sociedade. Podia ser esculpida ou pintada. Era escrita na pedra, ou em objetos e papiros ou em madeira.

Curiosamente, muitas versões do livro dos Mortos, o livro sagrado da cultura egípcia, foram escritas com hieróglifos, mas as obras mais técnicas, como as de medicina e matemática, foram escritas com letras hieráticas. A escrita demótica representa uma simplificação da escrita hierática. Apareceu quando a civilização egípcia já se extinguiu. As três formas de escrita egípcia constituíram três estilos diferentes de grafar os caracteres, uma vez que a função deles permanecia inalterada.

Outro exemplo de técnica determinando a criação de um novo estilo é a escrita latina monumental, em pedra, que exigia um tipo de letra fácil de ser entalhada. Séculos depois, esse modo de escrever as

letras separadamente passou a ser conhecido como textura, nos livros escritos à mão. A escrita gótica, por sua vez, surgiu da facilidade de se traçarem barras usando pernas de ganso. No início do século XIX, o uso de estiletes e penas de aço facilitou uma escrita caligráfica arredondada e de letras emendadas umas nas outras, a “caligrafia de escriturário”.

Hoje em dia, as canetas esferográficas permitem um uso mais livre e mais solto da escrita, sendo excelentes para a escrita cursiva individual.

A arte individual dos escribas também contribuiu para o surgimento de modificações no traçado das letras, gerando novos estilos. Os hieróglifos dos grandes monumentos apresentam diferenças notáveis nos traços, em comparação com os de alguns sarcófagos. Na Idade Média, os livros manuscritos eram feitos por calígrafos (em grego, **kalos** = **belo**) que criaram “escolas” com estilos próprios, como a de Tours, na França, e a de Canterbury, na Inglaterra.

Um fator importante e mais recente para o surgimento de diferentes estilos de letras é o uso da escrita na propaganda. A finalidade de um cartaz é diferente da de um livro e requer recursos expressivos próprios. Letreiros de lojas foram, talvez, os cartazes mais antigos. Foi, porém, com os jornais e revistas que a propaganda tomou um grande impulso e surgiu uma enorme quantidade de novas formas para as letras.

Povos diferentes costumam apresentar modismos próprios com relação ao traçado das letras. Os alemães preferiram a escrita Fraktur (um tipo de escrita gótica preta) até a Segunda Guerra Mundial. Os franceses têm um modo de traçar

algumas letras que é peculiar - resultado do ensinamento escolar -, assim como os americanos e outros povos. Uma pessoa pode facilmente aprender a reconhecer essas peculiaridades culturais na escrita. Os grafólogos desenvolveram uma tipologia própria que, segundo eles, permite reconhecer traços de caráter e personalidade através da maneira pela qual as pessoas traçam as letras. Ou seja: inventaram uma maneira taxonômica de tratar as variações e invariantes da escrita cursiva. O valor dessa interpretação é objeto de uma discussão, que não mais se trava no âmbito dos sistemas de escrita.

O alfabeto romano tinha apenas letras maiúsculas, chamadas capitais. Nos primeiros séculos da Era Cristã, essas letras foram se arredondando e deram origem às letras unciais, que foram usadas do século II ao século IX, permanecendo por muito tempo como um estilo associado à religião.

O nome uncial foi atribuído a esse tipo de letra porque os parágrafos dos manuscritos começavam sempre com uma letra grande, do tamanho de uma unha. O restante do parágrafo se apresentava com uma forma diferente, que passou a ser chamada de Semi-Uncial. Esse estilo de letra (do século VII ao XII) teve dois ramos: um na Irlanda e Inglaterra, conhecido como estilo insular, outro usado em outros países da Europa, o estilo continental.

Houve quatro variantes do estilo continental que foram rotuladas de estilos visigótico, merovíngio, lombardo e saxão, nos territórios que hoje pertencem respectivamente à Espanha, à França, à Itália e à Alemanha. No sul da Itália, surgiu

uma quinta variante, chamada de estilo beneventano.

A influência cultural de Carlos Magno (742-814) e de Alcuíno (735-804) atingiu também a produção de livros manuscritos, em Tours, no início do século IX. Alguns desses livros traziam uma forma gráfica de letras que ficou conhecida como estilo carolíngio. Esse estilo tornou-se um modelo universal, deixando para trás os velhos estilos. Ele deu origem ao que hoje chamamos de “letras de forma minúsculas”.

Os livros com iluminuras foram produzidos em larga escala do século VII ao século XIII. Livros manuscritos, como obras de caligrafia, continuam existindo até hoje, mas como objetos raros. Alice no País das maravilhas, de Lewis Carroll (1832-1893) é, sem dúvida, um dos mais famosos.

As letras góticas, que não são uma exclusividade dos povos góticos, surgiram, no século XIII como um estilo muito marcante. Naquela época houve um grande desenvolvimento das letras cursivas, num estilo conhecido como cursivo humanístico. Um exemplo é a caligrafia de Petrarca, com que ele escrevia suas famosas cartas e poemas. Sob a influência da escrita carolíngia, surgiu, no estilo insular, no século XV, uma forma de escrita arredondada, chamada bastarda. Na Itália, tipos semelhantes ficaram conhecidos como letras rotunda e antiqua. Uma forma inclinada dessa caligrafia ficou muito famosa: o itálico, que apareceu pela primeira vez em livro em 1501.

Do estilo gótico, surgiu a escrita Schwabach, da qual se originou a escrita Fraktur (1512), que seria muito usada em livros em alemão. No século XV surge outro estilo de letra muito importante, o romano, do qual

se derivaram os estilos mais usados ainda hoje na imprensa e nas máquinas de escrever. As letras do tipo Baskerville, Times Roman, Courier e Sans-serif pertencem ao estilo romano.

Com a impressão de livros por meio de tipos móveis (tipografia), iniciada por Johannes Gensfleisch zum Gutenberg (1397-1468), em Mainz, acabou a era dos copistas, fazedores de livros. Mas não muito tempo depois, no século XVII, teve início uma demanda crescente pela escrita da burocracia dos órgãos governamentais e do comércio, exigindo calígrafos competentes. O estilo cursivo praticado nessas atividades ficou conhecido como “caligrafia de escriturário” ou de “chancelaria”. Enquanto isso, nas escolas públicas, foi introduzida a “caligrafia escolar”, da qual se originaram as formas manuscritas usadas hoje, e que apresentam variações de cultura para cultura. Basta comparar, por exemplo, a escrita manual dos americanos, dos franceses e dos brasileiros para verificar as diferenças.

No século XIX, com o incremento do comércio, houve necessidade de se exibirem painéis de aviso, que passaram a usar velhos estilos de letras, até mesmo da Idade Média, revitalizando, aos olhos do homem moderno, aquele passado. Com a enorme difusão dos meios de comunicação, em nosso século, uma infinidade de novos estilos e tipos de letras passou a ser adaptada ou criada por especialistas nesse tipo de arte.

Voltamos, assim, depois de uma rápida visita à estrutura dos sistemas de escrita e à história das letras, à questão inicial: como conseguimos ler - e com facilidade - letras escritas de maneiras gráficas tão diferentes, mas

que devem ser identificadas apenas como variantes de um mesmo caracter?

Vista apenas em seus aspectos gráficos, a escrita se apresenta como um caos; mas do ponto de vista funcional, o que era confuso torna-se bem organizado na mente dos usuários.

O caos, portanto, é apenas aparente. No fundo, a escrita segue

regras muito claras e rigorosas e, porque as aprendemos ao aprender a ler, o aparente caos do mundo da escrita de hoje não nos assusta. Pelo contrário: essa imensa complexidade, que à primeira vista somos incapazes de conhecer, comprova a nossa imensa capacidade de interpretar o caos como se fosse a coisa mais simples da vida.

¹ *Luiz Carlos Cagliari é Mestre em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP e doutor em Fonética pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Em 1982, obteve o título de Doutor Livre Docente em Fonética e Fonologia e, em 1990, o de Professor Titular de Fonética e Fonologia, ambos pela UNICAMP. Tendo desenvolvido pesquisas na School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres, e no Museu Britânico, atualmente trabalha no Departamento de Lingüística da UNICAMP. Autor de vários artigos sobre aspectos da fonética no português brasileiro, tem dois livros publicados no Brasil sobre o tema da alfabetização.*